



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 015040/2022

Vieram os autos encaminhados pelo setor de Licitações, para análise jurídica da Minuta do Termo de Inexigibilidade do Chamamento Público n.º 006/2023, entre o MUNICIPIO DE SANTA TERESA – ES e ASSOCIAÇÃO PESTALOZI DE SANTA TERESA – ES, com fundamento nos art. 31, inciso II da Lei n.º 13.019/2014 e art. 19 do Decreto Municipal n.º 404/2018.

O presente Termo visa o custeio para aquisição de material pedagógico, de expediente, higiene, de limpeza, para o atendimento de pessoas com deficiência e de seus familiares no Município de Santa Teresa – ES.

Conforme previsto no artigo 38, § único da Lei n.º 8.666/93, as minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou ajustes, devem ser analisados pela Procuradoria Jurídica Municipal:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Assim, feita análise jurídica da Minuta do Termo de Inexigibilidade de Chamamento Público n.º 006/2023, não verifico objeções a serem feitas, razão pela qual opino favoravelmente pela sua aprovação.

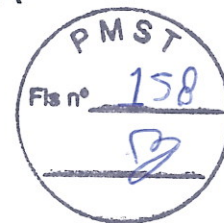
É o parecer, SMJ.

Santa Teresa-ES, 16 de fevereiro de 2023.

ANDRÉ LUIS JACOB
Procurador Geral Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



PARECER JURÍDICO Nº 0018/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 15040/2022

ASSUNTO: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA – ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE SANTA TERESA

OBJETO: ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA (AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, EXPEDIENTE, HIGIENE E LIMPEZA)

BASE LEGAL: DECRETO 404/2018 E LEI Nº 13.019/2014

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO

A Associação Pestalozzi de Santa Teresa, portadora do CNPJ nº 32.405.664/0001-27, protocolou, através do processo 15040/2022, proposta para formalização de Parceria com o Município de Santa Teresa, visando o repasse financeiro no valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), fls. 02 dos autos, cuja proposta é a aquisição de materiais de expediente, pedagógico, de higiene e limpeza, para continuidade na prestação de serviços à pessoa com deficiência do Município de Santa Teresa no ano de 2023.

Em despacho as folhas 146 dos autos, a Secretaria Municipal de Assistência Social, encaminha os autos para análise e parecer quanto à formalização da parceria.

É o relatório.

DA ANÁLISE JURÍDICA

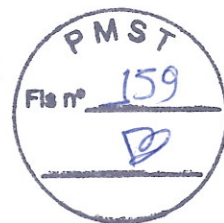
Inicialmente importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica.

A lei 13.019/14, de abrangência nacional, entrou em vigor e, 23 de janeiro de 2016 para a União, Estados e Distrito Federal, e a partir de 01 de janeiro de 2017 aos Municípios, sendo que o Município de Santa Teresa/ES regulamentou a referida lei através do Decreto 404/2018.

A partir de então as transferências voluntárias de recursos dos entes Federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) para as organizações da Sociedade Civil, passaram a ser efetivada através de novos instrumentos jurídicos: Termo de Fomento, Termo de Colaboração e Acordo de Cooperação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



No contexto dos autos do processo, verifica-se a possibilidade de formalização de Termo de Fomento, conforme dispõe o artigo 8º do Decreto 404/2018:

Art. 8.º Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas para consecução de planos de trabalho, cuja concepção seja das organizações da sociedade civil, com o objetivo de incentivar projetos de interesse público e recíproco, desenvolvidos ou criados por essas organizações, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Ocorre que para formalização da presente parceria, deverão ser observadas as premissas estabelecidas no § 2º Decreto Municipal nº 404/2018:

§2.º Compete ao Secretário Municipal responsável pela política pública, além de outras atribuições previstas neste Decreto:

a) Instruir o processo de solicitação da parceria, juntamente com a equipe técnica, a fim de verificar se a documentação está de acordo com as exigências desse decreto.

a) QUANTO AOS DOCUMENTOS JUNTADOS NOS AUTOS

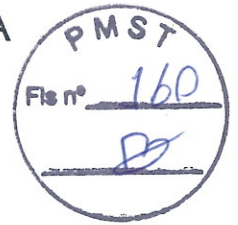
Compulsando os autos, observa-se que foram juntados documentos da Associação Pestalozzi de Santa Teresa, nos moldes do Decreto 404/2018 e da Lei 13.019/2014, a saber:

- ✓ Ofício nº 122/2022 solicitando a parceria – fls. 02;
- ✓ Plano de Trabalho – fls. 03/14;
- ✓ Dados Cadastrais com relação nominal dos dirigentes – fls. 15/19;
- ✓ Declaração de disponibilidade de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional – fl. 20;
- ✓ Declaração de não omissão no dever de prestar contas – fl. 21;
- ✓ Declaração de incorrência em vedações – fl. 22;
- ✓ Declaração de que não emprega menores – fl. 23;
- ✓ Orçamentos – fls. 24/29;
- ✓ Documentos pessoais do responsável legal pela entidade – fl. 30;
- ✓ Ata de Assembleia – fls. 31/34;
- ✓ Estatuto da Associação Pestalozzi – fls. 35/57;
- ✓ Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado - fls. 58;
- ✓ Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral - Cartão de CNPJ da Entidade – fls. 59;

 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



- ✓ Certidão de Regularidade do FGTS-CRF – fl. 60;
- ✓ Certidão de Débitos Trabalhistas – fl. 61;
- ✓ Certidão de débitos Estaduais - fls. 62;
- ✓ Certidão negativa tributos federais – fl. 63;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Fiscais do Município de Santa Teresa – fl. 64;
- ✓ Termos de fomento celebrados anteriormente entre a entidade e o município – fls. 65/84;
- ✓ Comprovante experiência prévia na realização do objeto parceria - fl. 85/145;
- ✓ Certidão Negativa emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – fl. 148;
- ✓ Atestado de Registro da Entidade junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Teresa – fl. 149;
- ✓ Inscrição da Entidade no Conselho Municipal de Assistência Social - fls. 150/151;
- ✓ Conta Bancária para depósito do recurso - fls. 152;

b) QUANTO A INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para celebração de Termo de Fomento, necessário se faz observar o artigo 33 do Decreto 404/2018, no qual será necessária a indicação de dotação orçamentária para sua formalização, a saber:

Art. 33. A celebração do termo de fomento ou do termo de colaboração depende da indicação expressa de prévia dotação orçamentária para execução da parceria. Parágrafo Único. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro deverá ser efetivada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria no exercício em que a despesa estiver consignada.

Verifica-se que a parceria proposta é na ordem de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), para aquisição de materiais de expediente, pedagógico, de higiene e limpeza, sendo a fonte de pagamento o Tesouro Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que a Secretaria Municipal de Assistência Social indicou a dotação à folha 154 dos autos, entretanto não consta nota de pré empenho anexada ao processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



c) QUANTO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

O artigo 35 do Decreto nº 404/2018 é taxativo ao estabelecer a documentação necessária para formalização da parceria, que deverá ser observada antes da manifestação jurídica.

Após análise minuciosa dos autos, verifica-se o cumprimento do estabelecido no artigo 35 do referido decreto, atendendo ao que regulamenta a Lei 13.019.

d) QUANTO A EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO

A obrigatoriedade de emissão de parecer técnico, este contido no artigo 36 do Decreto nº 404/2018, que assim estabelece:

Art. 36. A Secretaria Municipal emitirá parecer técnico a respeito dos itens enumerados no inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, de 2014.

Parágrafo Único. Para fins do disposto na alínea "c" do inciso V do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, o parecer analisará a compatibilidade entre os valores apresentados no plano de trabalho e a viabilidade de execução da parceria.

Nesse sentido faz-se necessário a emissão de Parecer em obediência ao que estabelece o referido o inciso V, do art. 35, da Lei nº 13.019, a saber:

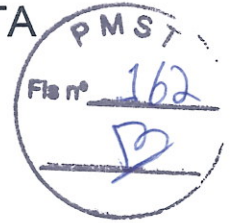
Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

V - emissão de parecer de órgão técnico da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;*
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;*
- c) da viabilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores estimados, que deverão ser compatíveis com os preços praticados no mercado;*
- d) da verificação do cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, e se esse é adequado e permite a sua efetiva fiscalização;*
- c) da viabilidade de sua execução; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- d) da verificação do cronograma de desembolso; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;*
- f) da descrição de elementos mínimos de convicção e de meios de prova que serão aceitos pela administração pública na prestação de contas;*
- f) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



- g) da designação do gestor da parceria;
- h) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;
- i) da aprovação do regulamento de compras e contratações apresentado pela organização da sociedade civil, demonstrando a compatibilidade entre a alternativa escolhida e a natureza e o valor do objeto da parceria, a natureza e o valor dos serviços, e as compras passíveis de contratação, conforme aprovado no plano de trabalho;
- j) (Revogada) ; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

Consta nos autos, fls. 155/157, parecer técnico cumprindo ao que estabelece a lei.

e) DA ANÁLISE JURIDICA

A Análise jurídica das parcerias se limita a juridicidade da formalização, não cabendo análise quanto à oportunidade e conveniência, nem o conteúdo técnico dos documentos juntados aos autos, nos moldes do que preceitua o artigo 37 do Decreto 404/2018:

Art. 37. O parecer jurídico será emitido pela Procuradoria Municipal, e abrangerá:

I - análise da juridicidade das parcerias; e

II - consulta sobre dúvida específica apresentada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.

Parágrafo Único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos do processo.

f) DOS DOCUMENTOS PENDENTES/AUSENTES NOS AUTOS

Apesar do § único do artigo 37 do Decreto 404/2018 estabelecer que a manifestação jurídica não abranja análise de conteúdo técnico, compulsando os autos, identifica-se a ausência dos documentos abaixo transcritos, que constam no rol do artigo 35 do Decreto 404/2018, sem os quais não será possível formalizar a parceria, a saber:

- ✓ Declaração do Gestor da Pasta interessada de que a despesa está na LOA vigente ou pré-empenho;

g) DA FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

Estabelece a Lei 13019 e o artigo 14 do Decreto 404/2018 que as parcerias poderão ser formalizadas através de Chamamento publico, *exceto nos casos de inexistência e dispensa:*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA
TERESA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Estado do Espírito Santo



Art. 14. A celebração de parceria entre o Município e as organizações da sociedade civil será realizada por chamamento público, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa, tendo como objetivo selecionar organizações que tornem mais eficaz a execução do objeto, através da publicação de edital.

No caso em tela, trata-se de parceria proposta pela Entidade, sendo possível a realização por inexigibilidade, conforme dispõe o artigo 19 do Decreto 404/2018:

Art. 19. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

CONCLUSÃO

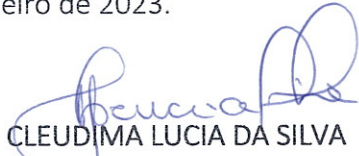
Desde que atendidas às recomendações contidas no discorrer do presente processo, em observância ao Decreto 404/2018 e Lei 13.019/2014, no que concerne aos itens elencados abaixo, NÃO HÁ ÓBICE, ao seguimento dos autos.

- ✓ Nota de pré-empenho;
- ✓ Autorização para formalização da parceria por parte do ordenador de despesas;

Após atendimento aos itens acima elencados, remeter os autos para o Setor de Licitações, para seguimento quanto à formalização da INEXIGIBILIDADE nos moldes do artigo 19 do Decreto 404/2018.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Santa Teresa, 17 de janeiro de 2023.


CLEUDIMA LUCIA DA SILVA
Procuradora Jurídica Municipal
OAB/ES nº 33.118